JORNAL DO CAMPUS

WWW.JORNALDOCAMPUS.USP.BR
instagram @JORNALDOCAMPUS
TikTok @JORNALDOCAMPUS
ANO 42 – Nº 545
DEZEMBRO 2024
Edição concluída em 28/11
Produzido por alunos de Jornalismo da ECA-USP

RESQUÍCIOS DA OPRESSÃO

USP ameaça expulsar alunos pró-Palestina usando regimento disciplinar criado na ditadura p.10

UNIVERSIDADE

Dependência nas terceirizações

Concessões avançam na Universidade e direitos para os trabalhadores são limitados p.8 e 9

EM PAUTA

CLT em crise

Como a reforma trabalhista afetou as relações no mundo do trabalho p.4

CIÊNCIA

Na cabeça de um boxeador

Doação de cérebro de Maguila contribui na pesquisa de encefalopatia p.12

CULTURA

USP player 1

A sobrevivência dos videogames dentro da Universidade p.14

GABRIEL CARVALHO/JC [FOTO]

HUMOR

REDAÇÃO

***Comedian*, 2024. Bandejão Central**

EDITORIAL

Nas cordas de um passado longínquo

Durante a produção deste jornal, no dia 21 de novembro, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra cometidos na região do Levante Árabe. Entre as guerras de discursos que inflam o ego de um Ocidente em declínio, a perseguição a milhares de palestinos e libaneses segue em curso. A reportagem da capa (p. 10) desta edição busca demonstrar que austeridade e tirania vão além dos territórios entre o Rio e o Mar.

O processo aberto contra cinco estudantes da Universidade acusados de antissemitismo está recheado de incongruências. O Regime Disciplinar da USP, criado durante os Anos de Chumbo e usado na acusação contra os militantes pró-Palestina, possui cláusulas subjetivas e apelativas, como a qualificação da manifestação como "ato atentatório à moral ou aos bons costumes". A USP exala uma hipocrisia orgulhosa ao usar normas que já foram desqualificadas por ela mesma, por meio da própria Comissão da Verdade (CV-USP), e convulsiona em tentar impor um controle sobre as vozes que bradam ao redor do globo.

Vivemos em tempos sombrios que exigem uma reformulação das amarras do passado. Se libertar dos grilhões da Ditadura parece ser um primeiro passo necessário, mesmo que com décadas de atraso, para vermos uma Universidade mais inclusiva. Porém, não nos limitemos a isso.

Em um mundo com relações trabalhistas cada vez mais complexas e precárias (p. 4 e 5), a USP entra na lógica neoliberal de ampliar a dependência do capital privado (p.8 e 9). Esse movimento de precarização também é encontrado na vizinhança regional (p. 3), e já demonstra consequências enormes para a educação argentina. Além disso, as poucas vozes negras na docência da USP (p. 7) denunciam uma forte herança colonial, arraigada no conservadorismo institucional. Podemos complementar, também, a persistência de preconceitos mais invisibilizados que ainda são latentes na sociedade brasileira, como aqueles contra portadores de IST (p. 13).

Em uma universidade permeada por amarras, há quem as use pelo prazer (p. 16). Mas destacamos também aqueles que sabem o que do passado deve ser levado à eternidade por meio de homenagens (p. 6). Com o fim de um ano e o retorno a outro (p. 15), a turma de jornalismo que fecha o seu ciclo no JC manterá a promessa de revelar as cordas que devem ser cortadas para produzir um jornalismo mais libertador e diverso. Aproveite a leitura.

OMBUDSMAN

Matérias devem ter gancho e entregar o que prometem

Uma campanha iniciada em 2011. Uma lei promulgada meses atrás. O aniversário de uma cientista nascida no início do século passado. Outro aniversário, este de 36 anos de um sindicato. Uma greve de um ano atrás. Estes são alguns dos "ganchos", no jargão jornalístico, de reportagens da última edição do JC.

O objetivo do gancho é conectar os fatos descritos em uma matéria à realidade, dando atualidade ao reportado. Mais do que isso: diante da grande quantidade de fatos que se desenrolam todos os dias e da variedade de histórias que podem ser contadas em um jornal, o gancho deve justificar a existência de determinada matéria – explicitar, portanto, o motivo de uma pauta ter sido escolhida em detrimento de tantas outras possíveis. É ele que deve convencer o leitor que determinada história merece ser lida.

Os ganchos da última edição são fracos em todos esses sentidos. Não têm atualidade – poderiam estar em edições de meses e, em alguns casos, de anos atrás. Também não explicitam a importância dos assuntos tratados (como a baixa presença feminina em graduações de exatas), nem relacionam a temática com a vivência universitária (como na matéria sobre a campanha Novembro Azul).

Outros se valem de datas comemorativas como justificativa. Deixo a vocês um conselho que recebi quando era produtora do podcast O Assunto: efeméride pela efeméride não vale. Não é notícia – menos ainda se for uma data "quebrada". Efemérides podem inspirar reportagens quando 1) rendem denúncias por inação ou pouca mudança dos fatos; 2) promovem discussões inovadoras ou que ainda não foram realizadas; 3) resgatam uma memória esquecida, porém conectada com a realidade atual; 4) dão chance de abordar fatos novos.

As demais reportagens da edição padecem de outro problema: nem sequer possuem ganchos – a exceção sendo a matéria sobre as cotas trans, PCD e indígenas, a única mais noticiosa da edição. A impressão que dá é de que se tratavam de temas de interesse dos repórteres, que não apresentaram elementos (como um fato novo, a publicação recente de uma pesquisa, a realização de um evento, a declaração de uma autoridade, e por aí vai) para justificar ao leitor o por quê destas matérias terem sido publicadas em novembro de 2024.

Além de apresentar ganchos claros e bem fundamentados, boas matérias jornalísticas devem entregar o que prometem ao leitor, o que também não aconteceu em algumas reportagens. O que é mencionado na manchete ou na linha fina (e, especialmente, na capa da edição), precisa obrigatoriamente estar contemplado no texto – e com destaque!

Sei que esta é a última edição da turma e que, portanto, o alcance dos meus apontamentos para o JC é limitado. Espero, porém, que sejam úteis para as próximas experiências dos jovens jornalistas. Por isso, deixo uma última avaliação: uma reportagem sempre ficará mais completa, complexa e gostosa de ler quando mais de uma pessoa for ouvida. Reportagem é sempre um recorte de intrincadas redes de acontecimentos, mas é preciso fazer um esforço de apreensão e compreensão da realidade, o que é impossível ouvindo apenas uma ou duas fontes. Se hoje já não gastamos tanto mais a sola do sapato, no mínimo vale gastar os dedos no celular na busca de mais gente para escutar.

Formada pela ECA-USP, a jornalista Isabel Seta foi produtora e roteirista do podcast *O Assunto* e atua na agência *Fiquem Sabendo*

1

JC *Online*

JORNAL DO CAMPUS

Universidade de São Paulo* – Reitor:** Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora:** Maria Arminda do Nascimento Arruda. ***Escola de Comunicações e Artes* – Diretora:** Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor:** Eduardo Monteiro. ***Departamento de Jornalismo e Editoração* – Chefe:** Luciano Guimarães. **Chefe Suplente:** Wagner Souza e Silva. ***Jornal do Campus* – Professores responsáveis:** Alexandre Barbosa, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. ***Redação* – Secretário de Redação:** João Chahad. ***Editoria de Arte* – Editor:** Jônatas Fuentes. **Arte:** Artur Abramo, Bárbara Aguiar, Beatriz Garcia, Gabriela Varão, Lucas Lignon, Miriã Gama. ***Editoria de Fotografia* – Editor:** Diogo Silva. **Fotógrafos:** Gabriel Carvalho, Pedro Morani, Sarah Kelly, Sofia Zizza, Renan Affonso. ***Editoria Online e Redes Sociais* – Editores:** Diogo Silva, Mirela Costa, Renan Affonso. ***Opinião/Diálogos* – Editora:** Julia Alencar. **Repórter:** Alicia Matsuda. ***Entrevista* – Editor:** Nícolas Dalmolim. **Repórter:** Pedro Morani. ***Universidade* – Editores:** Diego Facundini, Marina Giannini. **Repórteres:** Artur Abramo, Beatriz Haddad, Diego Facundini, Ester Nascimento, Gabriel Carvalho. ***Em Pauta* – Editor:** Marcelo Teixeira. **Repórteres:** Gabriela Varão, Paloma Lazzaro. ***Cultura* – Editor:** Davi Madorra. **Repórteres:** Nicolle Martins, Samuel Cerri. ***Esporte* – Editora:** Isabella Gargano. **Repórter:** Sarah Kelly. ***Ciência* – Editora:** Sofia Zizza. **Repórteres:** Fernanda Zibordi, Lívia Uchoa. **Endereço:** Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão:** DNA Gráfica Digital. O ***Jornal do Campus é produzido pelos alunos do 4° semestre do curso de Jornalismo Diurno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: Jornal do Campus e Laboratório de Fotojornalismo.

1: **GUILHERME RUIZ/ARQUIVO PESSOAL** [FOTO]

EDUCAÇÃO PÚBLICA

O avanço da motosserra de Milei na educação pública

75 anos depois da inauguração da primeira universidade pública e gratuita, instituições argentinas enfrentam dificuldades com cortes orçamentários

GABRIELA VARÃO [REPORTAGEM]

No ano em que a Argentina comemora 75 anos da gratuidade universitária, instituída em 1949 no governo de Perón, as instituições do país enfrentam dificuldades financeiras para se manter. Desde que foi eleito, o presidente Javier Milei adotou políticas de corte de gastos públicos, previstas no "Plano Motosserra", com o objetivo de equilibrar as contas públicas e controlar a inflação do país, que ficou em 2,7% no mês de outubro, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) da Argentina.

De acordo com um relatório do Observatorio de Argentinos por la Educación (OAE), o orçamento destinado à educação foi reduzido em 40% entre 2023 e 2024. Nas universidades, a redução atingiu 31%, segundo o Centro Ibero-americano de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação (CIICTI). Em abril, a Universidade de Buenos Aires (UBA), uma das maiores da Argentina, decretou situação de emergência, declarando que não sabia se teria condições de continuar no segundo semestre, sem recursos para arcar com serviços básicos, como luz e gás.

A situação teve impacto nacional e internacional imediato. Milhares de estudantes foram às ruas protestar contra os cortes orçamentários e diversas universidades brasileiras expressaram sua solidariedade às instituições argentinas, como USP, Unicamp e Unesp. Apenas após a pressão, uma nova negociação com o governo garantiu o orçamento necessário para o funcionamento operacional da UBA.

Em agosto, a Câmara de Deputados aprovou a Lei de Financiamento Universitário, redigida pela deputada Danya Tavela do partido União Cívica Radical (UCR). A proposta previa um aumento no salário de docentes para compensar a inflação e um reajuste no orçamento universitário. No mês seguinte, a medida foi aprovada na votação do Senado, mas acabou sendo vetada pelo presidente. Com 160 votos contra, 85 votos a favor e 5 abstenções, o veto foi ratificado em outubro no Congresso. Apesar de serem maioria, os votos da oposição não alcançaram os dois terços necessários para derrubar o veto de Milei.

Um dos maiores desafios da economia argentina é a dívida pública e externa. Parte dessa dívida é resultado de um empréstimo de 45 bilhões de dólares concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante o governo do ex-presidente Mauricio Macri. Quando Milei assumiu a presidência em dezembro do ano anterior, o país tinha 21 bilhões de dólares em reservas internacionais, valor insuficiente para quitar a dívida.

Osvaldo Coggiola, historiador argentino e professor da USP, explica que, como forma de resolver a crise, "em vez de Milei atacar os lucros extraordinários dos titulares da dívida externa e os juros praticamente obscenos que recebem esses títulos da dívida pública, ataca tudo que a Argentina construiu em mais de dois séculos de existência, as empresas estatais e principalmente a escola e a universidade pública".

Milei ataca tudo que a Argentina construiu em mais de dois séculos de existência, as empresas estatais e, principalmente, a escola e a universidade pública

Osvaldo Coggiola, historiador argentino e professor da USP

CHOQUE INSTITUCIONAL

Graças à Reforma Universitária de 1918, as instituições de ensino superior argentinas não possuem exame de ingresso, possibilitando maior democratização da educação pública. As medidas de austeridade de Milei comprometem um sistema educacional que há anos segue com a tradição de oferecer educação pública e gratuita para toda população, fazendo reajustes salariais abaixo da inflação, que acumulou um aumento de 193% em 12 meses. Segundo dados do Centro Ibero-americano, o salário dos professores universitários-nacionais diminuiu 25,1% entre dezembro de 2023 e setembro de 2024. Essa quantia equivale a três meses de salário.

Os efeitos da redução do orçamento se refletiram no Ranking Regional Universitário de 2024, feito pela revista britânica Times Higher Education (THE). Nesta edição, nenhuma universidade argentina ficou entre as 10 melhores da América Latina.

Na Universidade Nacional de Entre Rios (UNER) da cidade de Gualeguaychú, os docentes da Faculdade de Bromatologia (FB) relatam impacto no poder aquisitivo. "Na Argentina, uma situação particularmente persistente é o fenômeno da inflação. Com os aumentos acumulados de preços, temos uma perda constante do nosso poder de compra", conta Diego Zanetti, professor de comunicação dos cursos de Nutrição e Veterinária e conselheiro diretivo da universidade.

"O que o corte orçamentário faz é reduzir a capacidade da universidade de investir em insumos, materiais, bolsas de estudos e em qualquer tipo de equipamento que poderíamos considerar como uma melhoria", critica Diego. Em relação às pesquisas, o professor também revela um cenário desfavorável: "A maioria dos projetos de pesquisa estão tentando terminar o ano como podem. Os reagentes que são usados em laboratórios, por exemplo, não podem mais ser pagos, então usam o que está disponível, fazem improvisações ou simplesmente cancelam".

O Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), órgão responsável pela promoção de pesquisas em torno de tecnologia e ciência no país, teve uma diminuição no número de pesquisadores pela primeira vez em duas décadas. Em 2024, 1055 pessoas deixaram o CONICET, entre elas 598 pesquisadores e 457 bolsistas e funcionários administrativos. Esta redução é um resultado da diminuição da quantidade de empregos no setor público, que registrou uma perda de mais de 2 mil empregos entre dezembro de 2023 e setembro de 2024, conforme relatório do Centro Ibero-americano de Pesquisa.

Com o sucateamento das instituições de ensino e pesquisa, muitos pesquisadores estão deixando o país. "O sistema universitário brasilero ou o sistema universitário chileno, que têm capacidade de pagar salários maiores podem acabar importando pesquisadores argentinos para trabalhar em seus países", afirma Diego.

Para amenizar as consequências da redução do orçamento, o professor diz que a UNER está migrando parte de suas atividades para a modalidade virtual. "Algumas aulas foram pelo [Google] Meet ou Zoom, há matérias que simplificaram os trabalhos práticos de laboratório. Hoje, e isso acontece na Faculdade de Bromatologia, há disciplinas que anularam certas questões para não gerar gastos", comenta.

DAVI MADORRA [ILUSTRAÇÃO] | GABRIELA VARÃO [DESIGN]

RELAÇÕES TRABALHISTAS

O que a reforma flexibilizou?

Crítica à remuneração por produtividade em contratos reacende com debate da escala 6x1

PALOMA LAZZARO [REPORTAGEM]

A Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Essa nova norma ficou conhecida como Reforma Trabalhista e é amplamente considerada como principal ato do governo Temer. Ela veio como resposta a tendências econômicas mundiais e nacionais e, desde então, essa alteração no padrão das relações de trabalho trouxe resultados socioeconômicos diversos. Entre eles a diminuição da taxa de desemprego, a precarização de contratos, a uberização nas capitais, maior pressão sobre trabalhadores e novas demandas trabalhistas, como o fim da escala 6x1.

Os efeitos da reforma são perceptíveis no cotidiano. Em uma loja de equipamentos eletrônicos da Avenida Vital Brasil, Guilherme, de 21 anos e trabalhador na escala 6x1 por mais de oito horas diárias, conta que "o aumento do salário mínimo valorizou meu trabalho, porém, aumentou muito a cobrança, a demanda. A vida do funcionário CLT ficou mais precária nos últimos anos". Já em uma perfumaria na mesma rua, Kemilly, de 28 anos, e Lilian, de 26, ecoam a percepção de Guilherme. "Tudo mudou. Comecei a trabalhar 6x1 ao invés de 5x2, o que foi muito difícil para mim", diz Lilian. Kemilly concorda: "existe uma cobrança mais intensa da nossa parte, de tempo e desempenho. Eles querem muito em pouco tempo, mesmo entregando o nosso máximo".

CONTEXTO Em 2017, o Brasil estava no terceiro ano da pior recessão econômica desde a redemocratização. Como todos os processos econômicos, a crise de 2014 é multicausal. Uma delas foi o esfriamento da demanda de commodities pelo mercado internacional, sobretudo chinês. "O Brasil é uma 'pequena macroeconomia aberta', ou seja, não determina os preços de seus produtos exportados", explica João Caetano Leite, economista do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. "É importante entender que bens importados não são apenas supérfluos. É trigo, máquinas, frutas e bebidas. O aumento do preço de importação, como ocorreu em 2014, gera consequências sociais".

As raízes de 2014, no entanto, estão em 2008. "Houve uma guinada desenvolvimentista no governo Dilma em reação à crise de 2008. Entre as políticas públicas aplicadas, houve a valorização cambial, o aumento tarifário de importação e o investimento público massivo em empresas 'campeãs nacionais', como Vale e Petrobrás. Esse aumento da dívida pública gerou uma série de problemas, quando combinado com a menor exportação de commodities", explica Leite.

A crise criou insatisfação generalizada em vários setores sociais, expressa sobretudo por grupos conservadores entre 2014 e 2015 e que culminou no impeachment da presidente Dilma em 2016. Com Michel Temer na presidência e uma tendência mais direitista no congresso, a Reforma Trabalhista veio com a proposta de atualizar a CLT e reduzir o intermédio estatal nas relações de trabalho.

> **A reforma não busca a ampliação da cidadania. Aliás, ela dá um salto sem precedentes na legalização de formas mais intensas de exploração**
>
> *Júlia Lenzi, professora da FD-USP*

Dois setores em expansão: construção civil e camelôs 2

1

A REFORMA Júlia Lenzi Silva, professora da Faculdade de Direito da USP (FD-USP) e chefe do Grupos de Estudos Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo (DHCTEM), pontua a radicalidade da reforma. "A gente pode entender essa lei como estruturante. Saímos de um padrão de relações de trabalho centrado na relação de emprego, que tinha o objetivo de uma sociedade salarial ligada ao próprio projeto constitucional do Estado de bem-estar social. A partir de 2017, houve a legalização de contratualidades expiatórias e precárias. Um exemplo é o processo da 'pejotização', nome dado ao uso de contratos PJ em virtude da modalidade CLT. Houve também a legalização da remuneração por produtividade ao invés de remuneração por disposição de tempo, o exemplo máximo é o trabalho intermitente, que não tem garantia de mínimo legal.

A palavra-chave da lei 13.467 foi flexibilização. "Houve alterações muito substanciais não só no direito individual do trabalho, mas também no direito trabalhista coletivo, sindical. Os mais relevantes são o fim da contribuição sindical obrigatória e a ampliação da negociação, tanto coletiva quanto individual". Julia pontua também que sempre houve a possibilidade de negociação, porém, a lei agia como padrão mínimo. Ou seja, toda a negociação além da lei era permitida, mas nunca abaixo do padrão. A reforma mudou isso, permitindo contratos inferiores.

Para a professora, não se pode, no entanto, atribuir a informalidade e precariedade trabalhista exclusivamente à reforma. "Há o determinante racial nas relações de trabalho no Brasil. Corpos negros e racializados sempre ocuparam postos de trabalho mais precários, com baixa remuneração e sempre foram mais suscetíveis à informalidade e ao desemprego. Isso criou a cidadania regulada, ou seja, a atribuição de direitos civis apenas às pessoas com vínculo empregatício, excluindo justamente o trabalhador racializado, rural e físico", diz Lenzi.

A Constituição de 1988 mudou esse panorama e prevê o acesso universal ao Estado, que mudou as demandas expressas eleitoralmente. "Historicamente, a média de informalidade no Brasil gira em torno de 50%. Em bons períodos ela chega a 40%, em períodos de crise pode chegar a 58%. Desde a reforma, em alguns lugares como São Paulo a taxa aumentou, principalmente com o trabalho via aplicativo", explica o economista João Caetano. No momento, a informalidade no Brasil é de 38%. Apesar da reforma, por questões como o modelo agroindustrial e iniciativas fiscais estaduais, a informalidade reduziu em cidades nordestinas e no campo de forma geral. A PEC das domésticas também gerou um aumento na formalização.

Julia alerta: "É importante a gente ressaltar que a reforma não busca a ampliação da cidadania. Aliás, ela dá um salto sem precedentes na legalização de formas mais intensas de exploração". O trabalho em modelo PJ, autônomo e microempresarial são expressões claras de novas formas ampliadas pela reforma, porém, o próprio trabalho formal sofre algumas pressões desde a mudança conjuntural.

A discussão atual acerca da escala 6x1, ampliada com a disponibilização do varejo aos domingos na década de 2000, é reflexo da intensificação da carga de trabalho. "No regime CLT, se trabalha em torno de 44 e 60 horas semanais, considerando as 2 horas extras diárias permitidas pela lei e tratadas como horas complementares, não extraordinárias, por empregadores. Essa permissão, atrelada à mudança no padrão de remuneração em 2017, faz com que se aumente muito a carga de trabalho e o número de horas trabalhadas", completa Lenzi.

1: SARAH KELLY/JC [FOTO] 2: PALOMA LAZZARO/JC [FOTO] | LUCAS LIGNON [DESIGN]

NÍCOLAS DALMOLIM [EDITOR]

SEM DIREITOS

Léo Utida, publicitário formado pela ECA, é produtor de conteúdos adultos e pesquisou criadores que trabalham no ramo

Pela frente e por trás da câmera

PEDRO MORANI [REPORTAGEM]

Há dois anos, Léo começou a sua carreira como produtor de conteúdo adulto. Na época, ele ainda era graduando de Publicidade e Propaganda na Escola de Comunicações e Artes (ECA). Assim como muitas outras pessoas ao redor do mundo, Léo foi atraído para essa nova forma de remuneração pela promessa de autonomia econômica.

"Foi uma escolha. Na época, eu não pensava nem que seria uma profissão, achava que entraria algum dinheiro, mas nunca pensei que se tornaria uma quantia relevante", conta Léo. Com uma bagagem diferente da maioria de outros colegas de profissão, o jovem publicitário utilizou da passagem pela academia para refletir sobre a indústria pornográfica – que no olhar de alguns, parece assustadora.

Em uma onda de incentivo ao empreendedorismo, por influenciadores e coachs, e até mesmo a grande mídia, atualmente os empregos por carteira de trabalho (CLT) – vide pág. 4 – estão sofrendo descrédito. Os direitos assegurados pela caderneta azul são colocados em xeque por promessas bem mais atrativas e lucrativas. As plataformas de conteúdo adulto se beneficiam da precarização dos direitos trabalhistas e da informalidade para atrair novos produtores de conteúdo. Na monografia entregue como trabalho de conclusão de curso, o estudante apontou que as campanhas publicitárias dessas plataformas, que chegam até mesmo nos espaços públicos, como estações de metrô, com o slogan "monetize liberdade", atingem várias pessoas que realmente acreditam nessa possibilidade.

Por outro lado, ele afirma que, em uma tentativa de autopromoção, alguns criadores incentivam esse discurso. Um exemplo é a música da criadora Bibi Babydoll, que viralizou no TIkTok: "Eu não nasci para trabalhar como CLT, abri um OnlyFans e é foto que eu vou vender". Na visão de Léo, esse discurso incentiva um estigma muito grande atrelado à profissão, que atinge principalmente mulheres e pessoas LGBT+, cujo trabalho é constantemente desacreditado e invalidado.

"E aí eles [os criadores] tentam rebater isso falando 'não, eu ganho bem mais do que você que trabalha como CLT'. Porém, acho que não dá para combater estigmatização rindo da precarização do trabalho alheio", pontua. Na sua experiência, o publicitário afirma que faz muito mais dinheiro do que se estivesse trabalhando exclusivamente na sua área de formação, mas alerta que essa possibilidade de troca de carreira não é para todos.

"As pessoas podem até começar a ganhar um dinheiro extra. Mas para conseguir valores altos, o criador tem que atingir um nível considerável de visibilidade, o que não é tão fácil de conseguir". Ou seja, apesar do discurso sedutor, o crescimento de audiência em uma plataforma adulta não é igualitário.

Por ser uma modalidade muito recente, existe uma incógnita quanto às relações de trabalho. Segundo Léo, as empresas de conteúdo adulto, mas também os produtores, precisam discutir qual é a categoria da profissão, e quais são os direitos que devem ser garantidos. "Quando entrevistei cinco criadores para o meu TCC, todos ficaram surpresos quando eu perguntei porque eles nunca pararam para pensar nisso", relembra o publicitário.

TEORIA E PRÁTICA

Longe de moralismo, Léo afirma que sempre teve mente aberta e que a produção damonografia revelou um outro lado sobre o trabalho sexual. "A pessoa que produz conteúdo, de fato, está trabalhando. Ainda existe um pouco essa imagem de vilanização do pornô, de que ele é ruim, uma discussão moral que volta bastante na internet".

> **Não é como se os trabalhadores sexuais já tivessem tido direitos. Muito pelo contrário, eles sempre foram perseguidos e criminalizados**
>
> *Léo Utida, criador de conteúdo adulto*

O publicitário afirma que seu trabalho de conclusão de curso foi um dos primeiros do país a abordar o tema. Durante a pesquisa, Léo tentou traçar um paralelo entre uberização do trabalho e profissionais do sexo. Mas logo percebeu que isso não é realmente o que acontece, porque não é possível analisar uma perda de direitos de uma profissão que nunca os teve e sempre foi criminalizada e perseguida.

Segundo Léo, dentro da categoria é visível a diferença entre aqueles que trabalham on-line e os que estão nas ruas, por exemplo. "Na maioria das vezes [os criadores] são pessoas fazendo conteúdo por livre e espontânea vontade, não por necessidade, até porque [o trabalho] exige vários tipos de conhecimento, como inglês e tecnologia". Então, mesmo que entrem para ganhar mais dinheiro, a grande maioria dos produtores digitais não tem essa profissão como único caminho.

O publicitário conta que a Universidade recebeu bem a monografia, com uma banca composta por pessoas já acostumadas com a temática. O problema surgiu com a divulgação: "Quando eu publiquei, houve uma reação contra o meu trabalho muito grande. Eu esperava que ela viesse de pessoas mais conservadoras, mais ligadas à direita. Mas, surpreendentemente, quem mais me atacou foram as do campo progressista, da esquerda, me acusando de estar incentivando as pessoas a abrirem um OnlyFans".

Para evitar ficar de fora do mercado publicitário, Léo mantém um trabalho paralelo como editor de vídeos e social media de uma revista virtual. Ele afirma que a carreira de produção de conteúdo adulto é muito instável, principalmente pelo envelhecimento. "Honestamente, eu continuarei fazendo enquanto me der dinheiro", arremata.

NAUR CAVALCANTE/REPRODUÇÃO [FOTO] | LUCAS LIGNON [DESIGN]

USPIONEIROS

Cepeusp faz homenagem para professor de tênis

Funcionário desde a década de 70 no centro de práticas esportivas, Thales Bon agora nomeia o complexo de quadras

1

SARAH KELLY [REPORTAGEM]

No final de outubro, o professor de tênis Thales Bon se despediu das quadras após 46 anos como funcionário efetivo no Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo (Cepeusp). Como homenagem, foi eternizado no, agora, "Complexo de Tênis Thales Bon".

Assim que um servidor público completa 75 anos, ele é obrigatoriamente afastado de seu posto de trabalho. No Cepeusp, o procedimento tem acontecido com frequência: professores de educação física que iniciaram a carreira no início dos anos 1970 estão próximos ou já chegaram a essa idade. É o caso de Gladson de Oliveira e Silva, ex-professor de Capoeira e Emilio Antônio Miranda, de futebol, que se aposentaram recentemente e também foram homenageados.

Sempre de bom humor, como é descrito pelos alunos, o professor era facilmente encontrado nessas quadras, disposto a receber atletas de todas as idades. O jornalista Rodrigo Bertolotto foi um desses. Começou a aprender com Bon há 15 anos e, aos poucos, viu a modalidade assumir um importante papel na sua vida: "O tênis é como um regulador de humor, é algo que me acalma". Como um dos ex-alunos que frequentava o local, ele também valoriza o espaço do Cepeusp. "Tem uma estrutura que nenhum outro clube em São Paulo tem, nem os mais ricos. É quase um paraíso."

HISTÓRIA DO CEPE Diferente do que é difundido entre a comunidade uspiana, a implementação do Cepeusp não foi exclusivamente por conta dos Jogos Pan-Americanos de 1975 – embora grandes investimentos tenham acontecido graças ao campeonato, como a construção do velódromo. Desde o Plano Piloto da Cidade Universitária, segundo Miranda, era previsto um centro esportivo para atender alunos, funcionários e professores.

Em 1971, Bon era um estudante de educação física e tinha aulas no Ibirapuera, quando a Escola de Educação Física e Esportes (EEFE) ainda não tinha uma sede própria. "Meu professor de ginástica era o Antônio Boaventura, que tinha acabado de assumir o Cepeusp. Ele convidou a sala para ir fazer estágio lá e alguns de nós aceitamos". O tenista começou no vôlei, mas com o incentivo do professor "Pororó", passou a trabalhar com tênis. Passados cinco anos, Bon não foi efetivado e se tornou técnico em uma escola de São Bernardo. Em 1978, foi chamado novamente pelo Cepeusp e, dessa vez, contratado.

MOMENTOS MARCANTES Entre os feitos os quais Bon se orgulha, a criação do Ranking em 1985 é um destaque. Já noticiado na edição 356 do **JC** (09/2009), trata-se de uma competição que promove jogos e classificações contínuas nos fins de semana para todos os tenistas do Cepeusp. De forma voluntária, o professor contribui para a integração da comunidade universitária, além de garantir a evolução técnica dos estudantes. "A gente começou com 32 pessoas e agora temos 200 participantes em nove categorias", diz.

A maior adesão aconteceu graças à abertura para a comunidade externa na década de 1990. "A gente só atuava com universitários e sobrava muito espaço livre. Então a direção percebeu que teria que aumentar o número de pessoas dentro do Cepeusp, começamos com os idosos 60+", conta o professor.

Além do forte desempenho com alunos que treinam apenas pelo lazer, Bon já se envolveu em competições profissionais. "Comecei com aulas simples de iniciação. Fui crescendo e comecei a trabalhar também com o pessoal que jogava no nível mais avançado. Treinei uma equipe em que muitos dos integrantes foram para a FUPE (Federação Universitária Paulista de Esportes)", organização a qual o professor já integrou a direção.

Bon lembra com carinho do tempo em que foi técnico da seleção brasileira de tênis. Com um grupo que competiu na "Universíade", os Jogos Mundiais Universitários, de 1995, conta que passou um mês no Japão e que teve um perrengue na gestão de Pelé como Ministro do Esporte: ele e os alunos só receberam as passagens um dia antes de viajar.

DESPEDIDA "Acho que eu poderia continuar trabalhando, mas a lei é clara", lamenta. Depois de passar os últimos 46 anos no mesmo ambiente de trabalho, Bon parece ter encontrado seu propósito. Do outro lado, os alunos o admiram e já temem pelo futuro da modalidade. "O diferencial do Thales é o seu estilo integrador e social, por colocar diferentes níveis de performance para atuar junto. A aula é bastante eclética, abrangendo conceitos técnico, teóricos e lúdicos", comenta Maurício Casaroti, que teve a primeira aula com Bon em 1998.

O professor explica que a diretoria do Cepeusp está em contato com novos profissionais, um processo que não é rápido, mas espera que o complexo não termine. Com o fim da trajetória profissional, fica a gratidão. "Todas as coisas que eu consegui na vida foram através do Cepeusp."

TORCIDA DA PUC OFENDE COM CANTOS CLASSISTAS ALUNOS DA SANFRAN

ISABELLA GARGANO [TEXTO]

Durante a competição dos jogos jurídicos em Americana, no feriado da Proclamação da República, houve cenas de racismo na partida de handebol entre a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estudantes da faculdade particular, que estavam na torcida, gritaram termos como "cotistas" e "pobres" de forma pejorativa para alunos da USP.

As instituições de ensino juntamente aos respectivos centros acadêmicos se pronunciaram em uma nota conjunta de repúdio contra as falas dos estudantes e comprometeram-se a apurar o acontecimento. Com a repercussão do caso, a situação foi levada às autoridades.

O ocorrido foi denunciado no Ministério Público de São Paulo (MPSP) com um pedido de inquérito para investigar o episódio como um caso de racismo, pela vereadora Luana Alves (PSOL) e a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL). A solicitação ainda está em apuração, mas algumas consequências mais imediatas já se desenrolaram. Dois estudantes da PUC-SP, que foram identificados nos vídeos, não fazem mais parte dos escritórios de advocacia em que estagiavam.

1: RENAN AFFONSO/JC [FOTO] | MIRIÃ GAMA [DESIGN]

NARRATIVAS

Onde estão os docentes **negros, negras e negres?**

Professores compartilham suas experiências no ensino superior dentro e fora da Universidade de São Paulo

1

Dennis de Oliveira

2

Ecivaldo Matos

3

Eunice Almeida

ESTER NASCIMENTO [REPORTAGEM]

Com 90 anos de história, a USP segue limitada em relação à inclusão de pessoas negras no corpo docente. Segundo dados do Anuário Estatístico da USP de 2023, apenas 136 professores pretos e pardos compõem o quadro de 5.182 docentes; menos de 3% do total. Essa desigualdade cresce conforme o cargo aumenta: no nível de Professor Doutor são 67 docentes, 59 no nível Professor Associado e apenas 10 são professores titulares. Em 2022, o Coletivo de Docentes Negros da USP apresentou à reitoria uma proposta de ações afirmativas, que incluía reserva de vagas e apoio à progressão de carreira, a fim de garantir um ambiente acadêmico menos hostil às pessoas negras.

A greve de 2023 reiterou as demandas do Coletivo ao exigir a contratação de docentes e a aplicação das cotas étnico-raciais nos concursos. Contudo, segundo informações da edição n° 544 do **JC**, a contratação dos 1.027 professores acordada ao final da greve segue a passos lentos. Somente em agosto, quase um ano após a mobilização, foi aberto o primeiro processo de contratação com reserva de vagas, no Instituto de Biociências (IB).

VIVÊNCIAS

Dennis de Oliveira é docente da Universidade há 21 anos e foi aprovado em outubro deste ano para ser professor titular no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA). A carreira de Dennis começou em 1987, como professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na USP desde 2003, ele expõe os desafios da época para permanecer no cargo, devido à forte elitização da instituição. Além disso, o professor fala sobre a solidão nesses espaços: "Sempre foi uma carga muito complicada, muito solitária. Não só o fato de terem poucos professores negros, mas o fato dessa temática do combate ao racismo ser sempre algo colocado em último plano."

O professor Ecivaldo Matos, do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Campus de Ribeirão Preto da USP, também conta a respeito de sua trajetória na docência enquanto pessoa negra. Docente do Ensino Superior desde 2005, ele deu aula em diversas instituições de ensino, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Há pouco mais de um ano como professor titular na USP, ele conta que enfrenta desafios relacionados ao racismo, embora manifestados de formas distintas: "A forma de expressar o racismo é diferente da Bahia para o interior de São Paulo, da UFBA para a USP, mas é um enfrentamento diário".

Entre as estratégias para encarar o racismo na Universidade enquanto docente, o professor Ecivaldo reforça a necessidade de se aquilombar "para fortalecer não só a luta do coletivo, mas a própria luta no individual". Isso também é enfatizado pelo professor Dennis, que destaca a militância no movimento negro como fonte de apoio para navegar nesses espaços: "foi o que me salvou dessas dificuldades", diz.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Eunice Almeida, docente há 44 anos e professora livre docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) desde 2013, compartilha a sua experiência nos concursos públicos da USP. Ela afirma que prestou a prova três vezes antes de ser aprovada e, em todas que prestou, afirmou que "não havia explicações evidentes, concretas", que justificassem a reprovação. Até o momento, os candidatos que prestam o concurso não têm anonimato, especialmente na primeira etapa, a prova escrita, o que interfere na imparcialidade das notas atribuídas.

O professor Dennis considera que as medidas de ações afirmativas adotadas para os concursos de docentes feitos a partir de 2023 ainda são insuficientes. "Houve um avanço nas cotas para funcionários públicos, mas isso [ocorreu] em função de uma demanda do Ministério Público". A Lei Federal n° 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, estabelece a obrigatoriedade da medida quando houver mais de três vagas no mesmo edital.

> **É muito bacana ter mais referências para os jovens negros. Espero que inspire as novas gerações a ver outras possibilidades**
>
> *Dennis de Oliveira, professor titular da ECA-USP*

Contudo, como a maioria dos concursos realizados para docentes são para uma única vaga, legalmente, não é possível aplicar a legislação. Em adição, a professora Eunice ressalta a importância de políticas públicas, que devem ser cumpridas para o ingresso de docentes negres: "A minha experiência nos concursos da EACH foi muito amarga. Almejo que os mais novos não passem pelo que passei."

INSPIRAÇÃO

Para os entrevistados, o cargo de docência na USP é fruto da luta coletiva que os fortaleceu ao longo da vida, do apoio familiar e das demais pessoas que o ajudaram pelo caminho, como estudantes, professores e amigos. "Para mim a conquista do título de livre docente é motivo de alegria por ser um marco que consolida a minha carreira acadêmica, mostra o quanto já contribui e continuo contribuindo com a sociedade", afirma a professora Eunice.

Poder ocupar esses espaços também significa novas responsabilidades: "O professor titular representa um cargo daquele que está ali para começar um processo de luta dentro da Universidade de São Paulo", reflete o professor Ecivaldo. Além disso, Dennis fala sobre a importância do título para a construção da agenda antirracista e da chance de oferecer apoio e inspiração aos futuros profissionais negres: "É muito bacana ter mais referências para os jovens negros. Eles podem ser jornalistas, professores, engenheiros... Eu espero que inspire as novas gerações a ver outras possibilidades."

1: **PEDRO MORANI/JC** [FOTO] | 2 E 3: **ACERVO PESSOAL** [FOTO] | **MIRIÃ GAMA** [DESIGN]

FUNCIONÁRIOS

Enquanto trabalhadores ainda lutam por direitos básicos terceirizações avançam na USP

Terceirizados reivindicam isenção no pagamento de transporte e denunciam os planos de precarização da instituição

BEATRIZ HADDAD E
GABRIEL CARVALHO [REPORTAGEM]

No dia 14 de novembro, o Conselho Gestor do Campus da Capital validou a proposta de concessão do Bilhete USP (BUSP) para trabalhadores terceirizados da Universidade. A demanda foi levantada pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) para que fosse concedida a isenção do pagamento de passagens nos ônibus circulares da Cidade Universitária aos terceirizados, que arcam diariamente com os custos de locomoção na USP. A reivindicação foi incluída no Plano Diretor e será apresentada e votada no Conselho Universitário (CO) no dia 10 de dezembro. Apesar do avanço representado pela conquista da aprovação, a luta dessa categoria por salários mais dignos e direitos igualitários ainda persiste.

O Sindicato estima que o número de trabalhadores terceirizados na USP é superior a 5 mil – não há divulgações precisas desses dados no Anuário Estatístico da Universidade. Também é estimado que a grande maioria é formada por mulheres negras, muitas de origem nordestina, ou mesmo imigrantes de países da América Central, como o Haiti. No Campus da Capital, vários setores dependem desse tipo de serviço, principalmente nas áreas de limpeza e higienização, vigilância, manutenção e alimentação.

O avanço crescente nos processos de concessão de serviços dentro da Universidade se reflete também no aumento de denúncias – expostas pelo Sintusp em carta de defesa a extensão do BUSP para os terceirizados – sobre as más condições de trabalho, salários inferiores aos de contratados efetivos, atrasos nos pagamentos e escassez de materiais e equipamentos para a realização dos serviços. Grande parte dos funcionários terceirizados permanece por anos na realização da mesma atividade, muitas vezes sem perspectiva de ascensão ou desenvolvimento na carreira.

A reivindicação pelo acesso ao BUSP é uma dentre muitas outras questões pendentes na luta dos trabalhadores, e conta com o apoio de organizações como o DCE Livre da USP, a Associação de Docentes da USP (Adusp), outras entidades sindicais e Centros Acadêmicos. No Manifesto Contra Terceirização e Precarização do Trabalho, assinado por diversos intelectuais e membros do Sintusp, algumas dessas questões são sintetizadas: "Defendemos, como efeito, a plena igualdade de direitos para as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Igualdade salarial entre homens e mulheres, negros e brancos. Igualdade de acesso aos equipamentos de saúde, educação, lazer, alimentação e transporte oferecidos pelos locais de trabalho".

Em entrevista ao **JC**, Claudionor Brandão, dirigente do Sintusp, explica que há anos os processos de terceirização na USP têm sido crescentes, ainda que estejam sendo implementados a "conta-gotas". Ele explica que grande parte dos serviços básicos no campus, como segurança patrimonial, transportes e restaurantes, são atualmente terceirizados: "Não é do interesse da USP contratar funcionários para o serviço operacional. É mais barato para a Universidade não ter que ser responsável", analisa.

10 anos após a crise financeira

BEATRIZ HADDAD E
GABRIEL CARVALHO [REPORTAGEM]

Em 2014, a USP passou por uma grave crise financeira que fez com que a instituição paralisasse por completo a contratação de funcionários e docentes, incluindo a substituição de pessoal aposentado ou demitido. O gatilho automático, que permite a abertura imediata de concursos para professores, já havia sido extinto em 2011. Até então, a Universidade tinha 80% do seu orçamento comprometido com a folha de pagamento dos funcionários, e os outros 20% destinados a investimentos. No ano da crise, no entanto, o gasto com funcionários chegou a 105% do orçamento, acarretando em uma perda bilionária na reserva da Universidade.

No livro *Universidade em Movimento*: Memória de uma Crise, o professor catarinense Alexandre Sassaki aponta o aumento no quadro de funcionários, as movimentações de carreira dos servidores técnico-administrativos e a ampliação do número de benefícios (vale-alimentação e refeição) como principais causas para o desequilíbrio nas contas, e recomenda um controle mais rígido e centralizado das despesas da Universidade, além da criação de uma unidade de monitoramento independente. A obra de 2017, que conta com a participação de diversos outros pesquisadores, também recomenda a adoção de medidas de austeridade fiscal e a instituição de um teto de gastos.

À época, sob a gestão de Marco Antônio Zago (2014-2018), a USP foi a beneficiária de um plano de ação para implementar novos modelos de captação de recursos e de gestão administrativa, buscando contornar a crise. Com o nome de USP do Futuro, o projeto foi financiado por empresários, ex-alunos da Universidade, ligados à Comunitas, organização especializada em gestar parcerias público-privadas. A realização do projeto ficou a cargo da consultoria norte-americana McKinsey & Company.

O relatório final dos levantamentos feitos pela empresa – que só veio a público após uma sequência de denúncias da Associação de Docentes da USP (Adusp) – aponta uma série de medidas a serem tomadas para tornar a Universidade "economicamente sustentável", que incluem planos massivos de terceirização de serviços, demissão voluntária de funcionários, desvinculação de hospitais e moradias estudantis e forte incentivo a parcerias com empresas privadas.

A reação contrária às resoluções do relatório fez com que a USP divulgasse nota oficial dizendo que havia acatado apenas três das medidas propostas, como a criação do Inova USP (laboratório interdisciplinar), do Programa de Mobilidade e Integração Urbana e do Fundo Patrimonial da USP (FP-USP). O fundo foi lançado em 2020, durante a gestão de Vahan Agopyan – que havia sido vice-reitor durante a gestão Zago – e reúne recursos comumente vindos de doações particulares em um fundo de investimentos, cujos rendimentos ficam disponíveis para o uso da instituição beneficiária.

A sala de louças é o único setor do RU Central gerido por terceiros

ira, USP recorre ao capital privado

O modelo adotado ainda é incomum no Brasil, onde apenas nove universidades apresentavam um fundo no ano em que o da USP foi lançado, mas é amplamente utilizado por universidades particulares e públicas dos Estados Unidos. Uma das críticas expostas pela Adusp, ao revelar o relatório da McKinsey, foi justamente a comparação equivocada da USP exclusivamente com instituições estadunidenses, tendo em vista que, em nenhum momento, houve comparação com outras instituições brasileiras, públicas ou privadas.

Para Brandão, a proximidade do capital privado com o financiamento de pesquisa em instituições públicas levanta um alerta: "Permitir isso é subordinar a pesquisa ao interesse privado". Atualmente, o FP-USP conta com R$59 milhões, vindos de nove doadores. A maior contribuição, feita em julho deste ano, é de Stelio Marras, antropólogo e professor formado pela USP, que doou um imóvel avaliado em cerca de R$25 milhões para financiar pesquisas na USP.

TERCEIRIZAÇÕES A interferência do capital privado não ficou restrita apenas aos setores de pesquisa. Grande parte dos Restaurantes Universitários (RU's), os bandejões também enfrentaram processos de mudanças estruturais nos quadros empregatícios – como o congelamento de contratações e o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que resultou na perda de mais de 2.800 funcionários – e foram passados para a administração de empresas privadas. As consequências dessa concessão foram sentidas diretamente pelos terceirizados dos restaurantes, inicialmente proibidos de se alimentar dentro dos bandejões e de usufruir de outros espaços, como os vestiários, direitos esses garantidos aos efetivos. Em reportagem da Adusp após a proibição de tais direitos, funcionários efetivos se posicionaram contra o que chamaram de "segregação" dos terceirizados, exigindo condições dignas e igualitárias para ambas as categorias.

No campus da Cidade Universitária, os bandejões da Química, Prefeitura e Física são terceirizados – este último o mais recente a ter passado pelo processo, em 2019. O RU Central é o único que ainda não foi completamente concedido, mas a sua sala de louças (setor de limpeza dos utensílios do bandejão, descrito por trabalhadores como uma das tarefas mais exaustivas) é gerida por terceiros.

Para além da concessão dos restaurantes universitários, foi proposta, ainda na gestão Zago, a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) e do Hospital Universitário (HU), sob justificativa de que a Universidade não tinha condições de gerir os órgãos. Mesmo com forte resistência, o HRAC teve a administração transferida ao governo do Estado em 2022, e sua gerência foi designada à instituição privada Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa).

Recentemente, outro hospital da USP teve parte das funções cedidas para fins privados. Em 2023, a Faculdade de Medicina da USP criou o HC Experience, programa que permitia que alunos de medicina de qualquer instituição do país realizassem residência no Hospital das Clínicas, em troca de uma mensalidade de mais de R$8 mil.

Segundo Pedro Pomar, editor da Revista Adusp e autor de parte das denúncias sobre o projeto USP do Futuro e das relações entre a Universidade e instituições particulares, o que se intensificou durante a gestão Zago e continua até a atual gestão de Carlos Carlotti é um projeto de precarização da instituição em prol de interesses privados: "o plano é transformar a USP em uma universidade empresarial".

"A USP viu que já não tinha como negar o envolvimento crescente com o grande capital. Agora, tudo é rotulado como 'empreendedorismo'", o jornalista explica o jornalista a respeito das fundações de apoio da Universidade. "O que acontece é isso, é a cessão de bens públicos, de espaço público, de dinheiro público, ao interesse privado."

> **"O plano é transformar a USP em uma universidade empresarial"**
>
> *Pedro Pomar, editor da Revista Adusp*

GABRIEL CARVALHO/JC [FOTOS] | **JÔNATAS FUENTES** [DESIGN]

NORMAS DA DITADURA

USP ameaça estudantes de expulsão após informe pró-Palestina

O processo é baseado em normas disciplinares criadas durante a Ditadura Militar

DIEGO FACUNDINI E **GABRIEL CARVALHO**
[REPORTAGEM]

Cinco estudantes estão sendo processados pela USP após um informe sobre a situação humanitária na região da Faixa de Gaza, feito em meio à greve discente do ano passado, e podem ser expulsos sob a acusação de "discurso de ódio". A declaração, registrada em ata, ocorreu durante uma assembleia estudantil do Curso de Ciências Moleculares (CCM), que recebeu representantes do movimento ESPP (Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino) para uma fala-denúncia sobre o processo de ocupação israelense na região. A moção, aberta em novembro do mesmo ano, utiliza artigos do regimento disciplinar da USP redigidos durante a ditadura.

Segundo o informe, o Estado de Israel praticava "uma política de genocídio fascista, colonialista e racista" contra os palestinos, e os eventos do recém ocorrido 7 de outubro representavam "uma ofensiva histórica contra o colonialismo israelense". Entre os acusados, três são alunos do CCM. A denúncia veio inicialmente da coordenadora, Merari Ferrari, junto a mais dois professores do curso, Alicia Kowaltowski e Paulo Nussenzveig – que também é pró-reitor de pesquisa e inovação.

O Processo Administrativo-Disciplinar (PAD), que ocorre em sigilo, foi instaurado pela Pró-Reitoria de Graduação, sem sindicância prévia – segundo a acusação, o material de denúncia foi enviado diretamente à Procuradoria Geral USP –, e submete os acusados a sanções previstas no Regime Disciplinar. Criado durante o período mais repressivo da Ditadura Militar, já foi julgado em partes como inconstitucional pela própria PG-USP. Entre as infrações citadas no processo, constam "praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes" e "promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário".

DOS ANOS DE CHUMBO

O Regimento Disciplinar da USP foi instituído em 1972, durante a vigência do A.I.5., e persiste até os dias de hoje. Mesmo com a aprovação do Regimento Geral de 1990, em vigor, as normas disciplinares puderam permanecer intactas sob o título de "Disposições transitórias". De acordo com o documento, "Enquanto não for aprovado o novo regime disciplinar pela CLR [Comissão de Legislação e Recursos], permanecem em vigor as normas disciplinares estabelecidas no Regimento Geral da USP [de 1972]".

Dentre as determinações, as mais graves se encontram no artigo 250, que descreve as infrações passíveis de sanção (como expulsão). Os incisos, citados no PAD, falam em "praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes" (IV), "perturbar os trabalhos escolares bem como o funcionamento da administração da USP" (VII) e "promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares" (VIII).

Este último, que sanciona o direito à greve, já foi julgado como inconstitucional pela Procuradoria Geral da USP por meio do parecer PG 2374/2012. O **JC** contatou a PG-USP em busca do conteúdo deste parecer, que não se encontra em nenhuma base de dados on-line da Universidade, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Em 2011, durante a gestão do reitor João Grandino Rodas, seis estudantes foram expulsos da Universidade após um ato que ocupou a reitoria em um processo baseado nessas mesmas normas, e apenas alguns foram reintegrados após decisões judiciais.

Hoje, para manter tal regimento, a USP ignora sua própria Comissão da Verdade (CV-USP). Na quinta recomendação, o relatório final da CV-USP, publicado em 2018, diz: "adequar o Regimento Geral da Universidade, quanto a sanções disciplinares para o corpo docente e o corpo discente, a fim de compatibilizá-lo com a gestão democrática do ensino, princípio integrante da Constituição Federal".

PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

"Esse processo tem um nascedouro autoritário", diz Maira Pinheiro, advogada de defesa dos alunos. Para ela, o PAD representa uma perseguição contra estudantes engajados no movimento estudantil feita pela coordenação de um curso com regras exclusivas, imerso em irregularidades: "essa infundada de antissemitismo acabou se mostrando a desculpa perfeita para uma perseguição que já era anunciada."

A declaração faz coro com a fala de Marina Alves, aluna do CCM, na reunião do Conselho Universitário (CO) do dia 12 de novembro, no qual questionou o comitê sobre o caso e exigiu a retirada da denúncia. Marina recordou 2022, quando alunos do curso foram punidos com advertências disciplinares após organizarem manifestação contra cortes de orçamento para a educação, e afirmou: "repetidas vezes, esse excepcionalismo que o CCM tem permite flexibilizações na burocracia da própria Universidade."

Em resposta, o pró-reitor de graduação Aluisio Segurado afirmou que o processo contra os cinco alunos "foi instaurado após o recebimento de um farto material de denúncia de comportamentos que não estão de acordo com o código de ética da USP". Questionado pelo JC sobre tal material, disse que as informações contidas nos autos "devem seguir sob sigilo", visto que o processo ainda não foi concluído. Aluísio, além de liderar a pró-reitoria que conduz o processo, também é presidente da comissão de graduação do CCM.

Paulo Sérgio Pinheiro, relator na ONU em casos de violações de direitos humanos e membro da Comissão Nacional da Verdade, discorda que o informe configure ato de antissemitismo. "Não há no texto nenhuma manifestação de ódio contra qualquer grupo humano por origem ou religião. Essas acusações e ameaças de expulsão aos estudantes parecem ter como objetivo silenciar a crítica a Israel e ao sionismo."

Para o cientista político, os que promovem essa definição de antissemitismo contribuem para o governo israelense fugir da responsabilização por suas violações de direitos humanos e do direito internacional. "Esta prática tem sido empregada em muitos países para suprimir a defesa e a liberdade de expressão nas Universidades", diz. Complementa afirmando que o tema tratado pelos alunos foi objeto de estudo de diversas organizações internacionais.

As relações da USP com Israel têm sido alvo frequente de críticas por parte do movimento estudantil. Hoje, a Universidade possui convênios com três instituições de ensino israelenses diferentes, além de abrigar o "Israel Corner", espaço feito em parceria com o Consulado Geral de Israel em SP dentro da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI).

O advogado constitucionalista Henderson Fürst reforça que todo processo administrativo precisa respeitar e se pautar pela constituição federal: "deve-se observar que existe um direito à liberdade científica, um direito à liberdade de expressão e também os limites que há nessas liberdades propriamente ditas. Toda decisão proferida neste âmbito pode e deve ser revisitada no âmbito judicial"

O **JC** contatou a Comissão de Legislação e Recursos para saber por que, até hoje, as normas do regime disciplinar ainda não foram atualizadas, como recomendado pela Comissão da Verdade, mas não obteve resposta até o fechamento dessa reportagem.

O PAD contra os cinco estudantes segue em andamento. A defesa pede a absolvição de todos os acusados.

GABRIEL CARVALHO/JC [FOTO] | ARTUR ABRAMO [DESIGN]

MARINA GIANNINI E DIEGO FACUNDINI
[EDITORES]

POLÍTICA

Cancelamento de palestra levanta polêmica na Poli

Debate marcado para Semana de Engenharia Ambiental (SemEA) foi impedido pela diretoria às vésperas da realização

ARTUR ABRAMO [REPORTAGEM]

No dia 25 de outubro, uma palestra sobre racismo ambiental organizada pelo Centro Acadêmico de Engenharia Ambiental (CAEA) da Escola Politécnica da USP (Poli), para a SemEA, foi cancelada pela diretoria cerca de uma hora antes de sua realização. Os membros da agremiação foram surpreendidos por um e-mail enviado pela direção que informava o cancelamento do evento.

A mensagem citava uma denúncia que questionava a autorização da palestra. Em seguida, afirmava que a participação da vereadora já reeleita Luana Alves (PSOL-SP) poderia caracterizar o evento como político às vésperas do segundo turno da eleição municipal em São Paulo. Por fim, justificava que a decisão visava "preservar o patrimônio público e a integridade das pessoas em trânsito no prédio, tendo em vista a possível ocorrência de protestos e conflitos por parte de grupos contrários".

Como alternativa imediata ao problema, os organizadores levaram o evento ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). "Felizmente, o DCE conseguiu nos acolher e possibilitar a realização do evento que estava marcado há mais de uma semana", comenta Gabriela Alves, presidente do CAEA. A realização da palestra era importante, sobretudo, pois contava também com convidado de fora de São Paulo. Daniel Alkmin, membro do centro acadêmico, explica que o ativista climático Marcelo Rocha havia viajado do Rio de Janeiro para participar do debate.

O caso foi levado à Comissão de Inclusão e Pertencimento (CIP) da Poli, que realizou uma reunião com alunos e docentes para discutir o tema. Rebeca Almeida, vice-presidente do CAEA, sente que, desde setembro, com cancelamento de evento da Poliberty, a diretoria passou a ser mais rígida com questões políticas. O grupo libertário havia organizado roda de conversa com o candidato a vereador pelo PL e coordenador municipal do movimento ProArmas Brasil, Henry Kadima. A estudante ressalta, no entanto, as diferenças entre os grupos: "é uma entidade que não é representativa, não tem eleições e vai contra o pensamento científico".

Para João Mendonça, ex-presidente do Centro Acadêmico de Engenharia de Produção, também existe uma falsa isonomia entre os casos. Ele entende que a medida foi utilizada como meio de afastar a instituição de questões políticas. "Querem que a escola seja muito técnica e não pense na parte social".

Evento havia sido divulgado por canais oficiais da Poli

Em contato com a reportagem do **JC**, a assessoria da Poli confirmou a existência de uma norma interna de não autorização do espaço para eventos de cunho político. Além disso, alegou que o cancelamento do evento sobre racismo ambiental estava de acordo com o Manual de Condutas Proibidas pela Legislação Eleitoral, que impede a cessão de bens públicos em benefício de candidatos, partidos políticos ou coligações.

O CAEA reforçou que a palestra, autorizada previamente pela direção, "nunca teve motivações eleitoreiras" e, mesmo depois com a realocação para o DCE, não houve momento de mobilização por votos por parte da veredora. "Não queríamos exaltar nenhum político, apenas trazer discussões que não temos em sala de aula", concluiu Daniel.

SERVIDORES

Após protestos, reitoria autoriza novos recursos para o processo de progressão de funcionários

LARA SOARES [REPORTAGEM]

Na última reunião do Conselho Universitário (CO), realizada no dia 12 de novembro, o reitor Carlos Carlotti apresentou mudanças nos pedidos de recurso no processo de progressão de carreira para funcionários da Universidade. A declaração ocorreu após ato organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) em frente ao prédio da Reitoria, no dia 6 de novembro.

As mobilizações criticam o modo como tem sido implementado o novo plano de carreira dos servidores Técnico-Administrativos, cuja execução acontece desde agosto deste ano. Essa medida possibilita que os funcionários de nível médio, como técnicos de enfermagem, de laboratório, de farmácia e administrativos, concorram a aumento salarial e cargos de liderança. Historicamente, este era um percurso desestruturado e definido individualmente por cada instituto.

O novo plano é composto por duas fases: um ciclo de gestão de desempenho, finalizado no final de setembro, e a progressão em si, em andamento até 13 de dezembro. Desde o primeiro, servidores já vinham apresentando insatisfações quanto ao processo. Rosane Meire, dirigente do Sintusp, menciona muitas queixas em relação à etapa de avaliação das chefias. "A gente tem, no HU, uma unidade em que 12 funcionários se sentiram prejudicados, e pela mesma chefia", conta. "Uma má avaliação coletiva de 12 profissionais de um mesmo setor é muito grave. O fato de abrir o recurso dá o direito à pessoa, pelo menos, comprovar que houve perseguição". Ela ressalta ainda a dificuldade de alguns servidores em submeter os formulários exigidos, devido às barreiras de acesso à internet e a dispositivos adequados.

> **"As funcionárias eleitas como representantes do Setor de Carreira não participaram da discussão"**
>
> *Rosane Meire, dirigente do Sintusp*

A falta de representação dos funcionários durante a implementação do projeto também revoltou os sindicalistas. "Nós temos três funcionárias eleitas como representantes do Setor de Carreira da USP. Elas não tiveram nenhuma parte no processo de discussão", relata Rosane. A Reitoria empossou as representantes somente um ano após a eleição, quando o plano de carreira já estava em curso.

Segundo as declarações do reitor Carlotti no Conselho Universitário, será instituído novo período de recurso para os servidores que não atenderam aos critérios estabelecidos pela Portaria nº 8607, cujos casos devem ser analisados até janeiro. Também puderam recorrer, no intervalo indicado, aqueles considerados inaptos pela chefia para pleitear a progressão.

PEDRO MORANI/JC [FOTO] | ARTUR ABRAMO [DESIGN]

PESQUISA

Cérebro de Maguila ajuda Medicina

Doação de pugilista promove estudos sobre a Encefalopatia Traumática Crônica

1 Lâmina corada de parte de um cérebro vista pelo microscópio

LÍVIA UCHOA [REPORTAGEM

Em outubro desse ano, foi doado o cérebro do ex-boxeador José Adilson Rodrigues dos Santos, o Maguila, para o Banco de Cérebros da Faculdade de Medicina (FMUSP). O atleta sofria há 11 anos com a Encefalopatia Traumática Crônica (ETC), doença degenerativa causada por múltiplas lesões na cabeça.

Também chamada de Demência do Pugilista (boxeador), a ETC surge principalmente em atletas de boxe e futebol americano. O neurologista Renato Anghinah, que cuidou do tratamento do lutador, explica que os principais sintomas são divididos em dois grupos. Em pacientes abaixo dos 50 anos, o sintomas iniciais são geralmente ligados ao comportamento.

"Os pacientes podem apresentar irritabilidade, apatia ou um quadro de depressão", completa. Ele afirma que, já os pacientes que têm mais de 50 anos, podem ter um quadro parecido com as fases iniciais do Alzheimer, como déficit de memória.

Anghinah alerta que os sintomas podem se misturar e apresentar componentes semelhantes à doença de Parkinson, dependendo do quadro de ETC. O neurologista conta que o caso do lutador Maguila se encaixava no primeiro grupo.

O tratamento da doença envolve mitigar os sintomas. O neurologista explica que, a depender do paciente, são prescritos remédios para melhorar a qualidade de vida. "É o caso daqueles que apresentam mais agressividade, quadros de esquecimento ou déficit atencional".

"Nós temos trabalhado muito para que os atletas praticantes de esportes que podem levar a traumas no crânio tenham proteção", explica. O médico conta que em esportes como Boxe e MMA, a proteção ainda é baixa, mas em no futebol brasileiro e americano, teve progresso. Um exemplo é a instituição do "cartão rosa" na Copa América 2024, utilizado quando há suspeita de traumas cranianos e concussões após uma jogada perigosa.

Atualmente, a Demência do Pugilista não tem cura e apresenta riscos também para indivíduos que sofrem traumas repetidos, como trabalhadores da construção civil. "A doença acomete também as mulheres vítimas de violência doméstica", relata o Anghinah.

DOAÇÕES PARA A USP

A coordenadora do Biobanco para Estudos em Envelhecimento (BEE), Dra. Renata Leite, conta que a maioria das doações de cérebros são feitas no momento em que a família vai até o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) da USP para liberar a autópsia.

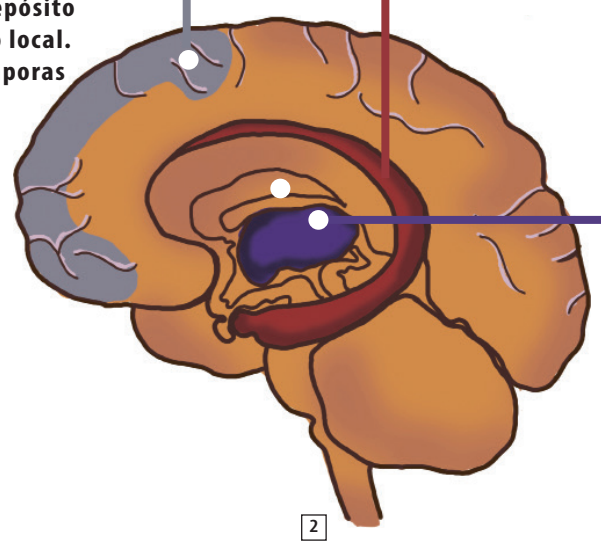
Ela explica que, por lei, todos os óbitos sem causa exigem autópsia, procedimento que busca determinar a causa da morte. "Temos uma equipe que entra em contato com a família para explicar o que é o Banco, as pesquisas e objetivos. Se concordarem em doar, vamos para a entrevista com a clínica, para entender os aspectos funcionais e cognitivos do órgão".

No caso do Maguila, a doação aconteceu com interesse manifestado por ele, ainda em vida, seis anos atrás. Ela conta que isso foi possível devido ao diagnóstico prévio da doença e acompanhamento médico. "É uma enfermidade que já estava em tratamento, mas que ainda tem perguntas em aberto, por ser uma condição muito recente", explica. A coordenadora conta que o Biobanco tem uma parceria com neurologistas para estudar a Encefalopatia Traumática Crônica em atletas brasileiros. Além do Maguila, o BEE também recebeu doação do cérebro do ex-jogador de futebol Hilderaldo Luís Bellini e do ex-pugilista Éder Jofre.

"Depois que o cérebro entra, ele deixa de ser identificado como do Maguila ou de alguma pessoa importante e passa a ser de um indivíduo que colaborou com a pesquisa", comenta Renata. Para ela, a divulgação da iniciativa por parte dos famosos é importante para a promoção de campanhas de conscientização e prevenção das doenças.

A médica ressalta que doações como a do boxeador são raras no Biobanco, e que o foco é no estudo de cérebros aparentemente saudáveis, doados pelos familiares durante a realização do exame de autópsia. "Nós temos muitos casos de cérebros cognitivamente 'normais', com doenças em estágios iniciais, mas que não apresentaram sintomas em vida".

"Normalmente vamos atrás das doações, mas pretendemos no futuro ter um programa maior, porque recebemos muitas ligações e emails de pessoas que realmente querem ajudar", conclui Renata.



2

3 José Adilson, mais conhecido como Maguila, foi um dos maiores boxeadores da história brasileira. Lutador na categoria peso-pesado, Maguilla acumulou, ao longo de 17 anos, 85 lutas, com 77 vitórias e foi campeão mundial, em 1995, pela Federação Mundial de Boxe.

1 : SOFIA ZIZZA/JC [FOTO] 2 : BEATRIZ GARCIA [ARTE E DESIGN] 3 : WIKIMEDIA COMMONS [FOTO]

SAÚDE PÚBLICA

Luta contra HIV, Aids e outras IST mira à prevenção eficaz

Número de casos de HIV cai em São Paulo pelo sétimo ano consecutivo, mas preconceito ainda é grande

FERNANDA ZIBORDI [REPORTAGEM]

A chegada do último mês do ano vem acompanhada da campanha Dezembro Vermelho, que busca conscientizar a população sobre a prevenção à Aids, HIV e outras IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis). A cidade de São Paulo disponibiliza à população 28 unidades de atendimento que oferecem serviços de testagem, diagnósticos, consultas e profilaxias para essas e outras infecções como sífilis e hepatites virais B e C.

Segundo dados do último "Boletim Epidemiológico de HIV/Aids e Sífilis" da capital paulista, os números de infecções por HIV notificadas se encontram em queda pelo sétimo ano consecutivo. O resultado faz jus ao investimento em estratégias de prevenção combinada e de controle da infecção pelo vírus. "A interação entre a infecção por HIV e as outras IST é reconhecida cientificamente. Sabe-se que a sífilis, a gonorreia, a infecção por clamídia, entre outras, aumentam o risco de aquisição e transmissão do HIV", explica Aluisio Segurado, professor titular da Faculdade de Medicina e pró-reitor de Graduação da USP.

Dentro do ambiente da Cidade Universitária, o médico destaca o concurso-festival "Fazendo Arte com Prevenção" como atividade de promoção da campanha de dezembro. Coordenado pelo Instituto de Psicologia (IP) da USP, a ação propôs a alunos, professores e funcionários o compartilhamento de ações artísticas usando insumos de prevenção – camisinhas, lubrificantes, vacinas, PeP e PreP.

1

DISPARIDADES

Desde 1982, data do primeiro registro de HIV positivo no Brasil, medicamentos e métodos de tratamento para essa e outras IST tiveram grandes mudanças, de forma que a possibilidade de conviver com um diagnóstico tornou-se uma realidade. Novas políticas públicas e não governamentais foram, ao longo do tempo, sendo adotadas no país.

Uma das principais é o oferecimento de atendimento, diagnóstico, medicação e tratamento a pessoas vivendo com HIV/Aids de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida não só melhorou a qualidade de vida de muitas pessoas, mas também "levou à redução expressiva da incidência de Aids, do número de internações hospitalares e de óbitos pela doença em nosso país", como descreve Segurado.

Apesar dos avanços e da queda de casos num geral, São Paulo registrou 1705 novas infecções por HIV só em 2023, além de que disparidades de raça e gênero ainda afligem os percentuais de infecção e de mortes. Não apenas a taxa de detecção de Aids por 100 mil habitantes permanece maior em pessoas pretas (31,1) e pardas (14,4) em relação às brancas (7,4), como também a taxa de mortalidade entre pessoas pretas foi três vezes maior do que entre pessoas brancas (9,6 contra 3,0, respectivamente). Enquanto as diferenças por sexo, a taxa de mortalidade entre mulheres teve uma queda menos acentuada, mesmo que haja uma predominância das detecções entre os homens.

Para Alexandre Viola e Dayana Dias Carneiro, o principal desafio atual é garantir serviços de saúde humanizados e de qualidade a esses grupos. Ambos os entrevistados fazem parte do Projeto Bem-Me-Quer, ONG que presta assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social e vivendo com HIV/Aids na região noroeste de São Paulo. "No trabalho que realizamos, percebemos que fatores de vulnerabilidade como pobreza, falta de moradia, ausência de saneamento básico, violências cotidianas, racismo, machismo e a falta de acesso à educação de qualidade dificultam o avanço no combate à epidemia, mesmo diante dos avanços tecnológicos", declaram os entrevistados.

ESTIGMA

Além da necessidade de ampliação do acesso a formas de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento adequado, Segurado acredita que o combate à desinformação e à discriminação é essencial para maior efetividade das ações e da diminuição do número de infecções. A falta de educação sexual em muitos lares e escolas do país é um fator que contribui para o aumento de IST, especialmente entre jovens.

De acordo com o Boletim Epidemiológico, os casos de sífilis adquirida crescem pelo quarto ano consecutivo em São Paulo. No período de 2013 a 2023, o maior crescimento no número de casos foi nos jovens entre 20 e 29 anos, seguidos por aqueles entre 15 e 19 anos.

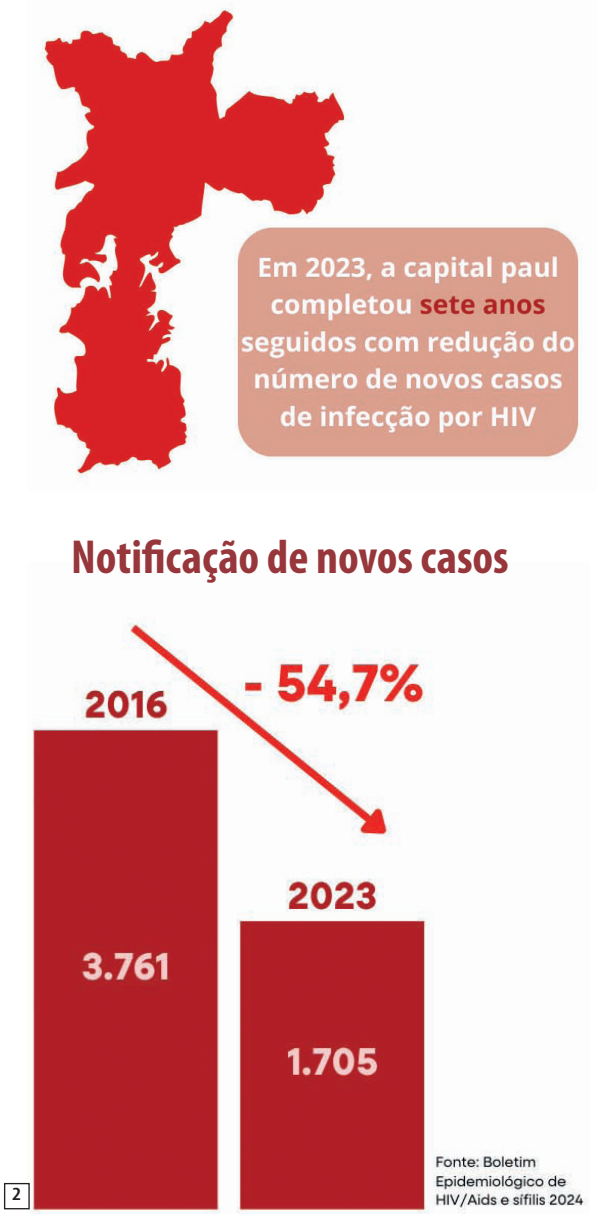
O preconceito também afeta a qualidade de vida dos já diagnosticados. Dados do Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – Brasil revelam que 64,1% dos entrevistados sofreram alguma forma de discriminação pelo fato de viverem com HIV ou Aids. As situações citadas incluem assédio verbal, perda de fonte de renda ou emprego e até mesmo agressões físicas. Foi registrado que quase metade (47,9%) das pessoas disseram ter sido diagnosticadas com algum problema de saúde mental nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa.

DEVER PÚBLICO

Garantir o sucesso das ações de prevenção e controle das IST também envolve a promoção e o respeito aos direitos humanos e políticos das populações mais vulneráveis e distantes do poder público. "Quando falamos em luta contra a Aids, é sobre a luta pela garantia de direitos: sociais, civis e reprodutivos, e ao direito de uma vida digna", destacam os membros do Projeto Bem-Me-Quer.

Para além de campanhas sazonais, Alexandre e Dayana defendem que, pelo fato do poder público ter capacidade e capilaridade muito maiores do que pequenas ONGs e indivíduos, é necessário pressionar o governo pela implementação de políticas públicas eficazes para enfrentar essas epidemias. "É importante lembrar que 'a saúde é direito de todos e dever do Estado' ".

A campanha nacional Dezembro Vermelho foi instituída pela lei 13.504, publicada no Diário Oficial em novembro de 2017



2

1 : SOFIA ZIZZA/JC [FOTO] 2 : BEATRIZ GARCIA [ARTE E DESIGN]

AFK na cultura

Universidade presa **na mesma fase**

Grupo de game designers da USP busca ampliar o acesso e a produção de videogames no Brasil

SAMUEL CERRI [REPORTAGEM]

É impossível se falar de entretenimento hoje sem citar os videogames. Enquanto o público do Oscar 2024 foi de aproximadamente 19,5 mi de pessoas, a audiência do The Game Awards 2023 ultrapassou a marca de 118 milhões de espectadores. Somente em 2023, a indústria de games gerou cerca de 183,9 bilhões de dólares, o equivalente ao PIB da Ucrânia.

Por outro lado, apesar do crescimento desse setor, ele permanece restrito a uma parcela da sociedade. Com um custo de produção geralmente elevado, e o de consumo ainda maior, os games são vistos como um "produto cultural elitizado". Thais Weiller, professora no curso de Desenvolvimento de Jogos Digitais na PUC-PR e doutoranda em Game Studies na University of Tampere, diz que essa fama é muito baseada nos chamados *triple A* – produções de gigantes da indústria de jogos com orçamentos milionários. No entanto, ela ressalta que não se pode generalizar o cenário: "Não dá para dizer que jogos são elitizados como um todo, a maioria dos jogadores e dos produtores não se encaixa nesse perfil. Temos muitos produtores menores [*indies*], fazendo o melhor e levando em consideração as limitações de *hardware* que o público pode ter, como o projeto Game e Arte".

Na USP, um grupo de estudantes encontrou uma maneira de amenizar essa elitização justamente com produções *indies* (termo usado para designar pequenos produtores de games). Em 2009, foi fundado o grupo de extensão USPGameDev, voltado para pesquisa e desenvolvimento de jogos. Atualmente, o projeto conta com 17 membros que trabalham ativamente em diferentes etapas da produção, além de outros estudantes que participam de forma menos incisiva. Apesar de ser vinculado ao Instituto de Matemática e Estatística (IME), o USPGameDev é aberto ao público em geral e conta com graduandos de outros cursos. Esse é o caso de Klinsmann Hengles, estudante de letras que participa do grupo desde 2019. Ele conta que a proposta deles é a de democratizar o acesso ao consumo de games no Brasil, especialmente ao processo produtivo. "Nossa principal contribuição é tornar os videogames mais acessíveis. No caso do USPGameDev, ele é mais voltado para o acesso ao conhecimento de como se produzir jogos".

Hengles conta que além de oferecer todos os games gratuitamente, o ponto forte do grupo é publicar todas as suas produções em *open source*, isto é, com o código de programação aberto e livre para uso. "Qualquer pessoa, mesmo fora da USP, que esteja produzindo um jogo, pode entrar nos códigos que produzimos e utilizar na produção do próprio game", explica, e ressalta que "a gente oferece treinamentos para a produção de games a qualquer pessoa interessada. Também fazemos projetos individuais ou em conjunto, e qualquer pessoa pode propor seu próprio jogo".

"Ter começado meu mestrado em game design foi a minha porta de entrada para a indústria. Sem isso eu talvez nunca teria a carreira que tenho agora"

Thais Weiller, professora da PUC-PR, pesquisadora e game designer

USPGameDev se reune no prédio CCSL do IME

O USPGameDev também preza pela facilitação do acesso do público aos games. Ainda que a grande maioria das produções seja amadora e apenas para o treinamento dos membros, alguns jogos acabam ganhando mais destaque e, por consequência, um desenvolvimento mais refinado. Esse é o caso de "Charge Kid", produzido pelo grupo de extensão como mais um projeto dentre vários outros. O que eles não contavam é que uma publisher entraria em contato com a oferta de publicá-lo para Nintendo Switch. Hoje, o game possui duas versões, uma gratuita e *open source* e outra com algumas modificações, disponibilizada na plataforma da Nintendo e na Steam pelo valor de R$ 4,49.

Infelizmente, a USP não oferece nada além disso quanto a game design. Weiller, que é mestra pela Escola de Comunicações e Artes da USP com o tema "Game Design inteligente", relata que à época de sua pesquisa sentiu ausência da universidade nesse setor. "Até onde sei, no Brasil não há nenhuma pós-graduação em *game studies*, que é o nome do campo teórico de estudos sobre jogos. Fazer e pesquisar sobre jogos é uma tarefa multidisciplinar. Sinto que a dificuldade do entendimento de muitas instituições sobre a necessidade de trazer pesquisadores diferentes na formação de núcleos para estudar jogos é justamente essa". A docente ainda comenta do equívoco de ver os games apenas como uma produção voltada à área das exatas: "A maioria dos cursos de jogos do Brasil começaram como parte das escolas de computação, de forma que as primeiras turmas se formavam sem entendimento sobre todas as outras áreas essenciais na criação de um jogo".

Já Klinsmann fala sobre os benefícios que o incentivo a esse setor traz à comunidade universitária e à sociedade. Para ele, os games trabalham em três eixos: o educacional, o artístico e o entretenimento. "Existe um conceito que estudamos no game design chamado *flow*, que é utilizado na gamificação para manter o engajamento do jogador. É como um 'estado mental' em que você tenta manter o jogador entre o estado de frustração pela atividade ser muito difícil ou de tédio por ela ser muito fácil". Ele explica que o *flow* pode ser encontrado no Duolingo e que a plataforma utiliza desse conceito assim como qualquer jogo: ela entende qual o nível do consumidor e coloca para ele atividades que sejam desafiadoras, mas possíveis de serem realizadas. "Isso é uma teoria que funciona muito na educação, e eu mesmo já utilizei com alunos meus na preparação de aulas", completa.

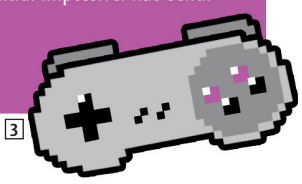
Em relação ao artístico e ao entretenimento, ele cita o crescimento pessoal que alguns games proporcionam. "Os jogos também têm essa capacidade de te colocar no ponto de vista de outra pessoa, contar histórias, assim como um livro ou filme". O estudante opina que "algumas pessoas saiam pra ir em parques, cinemas, etc. Hoje em dia você pode marcar de jogar com os amigos. Videogames não são uma 'coisa de gente antissocial', pelo contrário: são uma ferramenta de socialização".

BACKDOOR ★★★☆☆

O game é muito promissor! Uma mistura de jogo de turnos com *roguelike* e cartas. Como a versão jogada foi a 0.1, ainda há algumas lacunas como a falta de diálogos ou trilha sonora, mas não deixa de ter designs de inimigos criativos e uma dinâmica interessante para uma Alpha.

CHARGE KID ★★★★☆

Um jogo de plataforma divertido e desafiador, com uma trilha sonora que equilibra com sua tranquilidade. As animações são cuidadosamente pensadas e fluidas e o jogo apresenta alguns *easter eggs*, o que o torna mais chamativo ao público que adora um desafio extra. Impossível não sentir um toque de 'Celeste' durante a gameplay.



1: **REPRODUÇÃO/CHARGE KID** [ARTE] | 2: **REPRODUÇÃO/BACKDOOR ROUTE** [ARTE] | 3: **BÁRBARA AGUIAR/JC** [ARTE E DESIGN] | 4: **LIVIA MAKI YOSHIKAWA/USPGAMEDEV** [FOTO]

RENOVAÇÃO

Ano novo, vida nova

As promessas, metas e rituais de final de ano da comunidade uspiana

NICOLLE MARTINS [REPORTAGEM]

Contagem regressiva, fogos de artifício, o estourar de um champagne (ou de uma sidra barata do mercado), vários pontinhos brancos dando pulinhos no mar iluminado pelas explosões de luz no céu: essa é uma cena de virada do ano que permeia o imaginário brasileiro. Nesse formato ou em qualquer outro, os últimos momentos do ano podem ser realmente mágicos, pois estamos condicionados a enxergá-los como uma oportunidade de mudar, renovar os ares e organizar a vida.

Carol Ferraz, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), explica o fenômeno. "A questão não é a virada do ano por si só, não é um 'alinhar de astros', é o que fazemos no final e início do ano. Nesse período, tentamos realizar tudo que não fizemos nos outros anos". Segundo a pesquisadora, que investiga os significados das bagunças e organizações nas casas brasileiras, "quando o novo vem, precisamos preparar nossa casa para que ele chegue, e isso acontece em muitas culturas pelo mundo".

Para aqueles cuja meta é se organizar melhor, Carol dá uma dica: "conheça as suas posses. Quando você sabe o que tem, fica melhor para administrar". Ela ressalta que a cobrança por organização, que se reverte em metas irreais, pode ser prejudicial, e é fruto de uma tradição histórica no Brasil. "Estamos em uma sociedade cada vez mais produtivista. Tem-se um imaginário de que se eu conseguir organizar meu espaço, consigo ter mais controle na vida, então consigo produzir mais e ganhar mais dinheiro e, assim, serei mais feliz".

METAS E RITUAIS Carol não fica de fora dos ritos e segue um semelhante ao de Bernardo Valente, estudante de Gestão de Políticas Públicas: anotar os feitos do ano. Para eles, é importante ter uma noção de tudo aquilo que foi realizado no período. "É bom olhar para trás e ver as coisas que a gente construiu, mas tem anos que o 'construído' é só ter sobrevivido", comenta Carol.

Mateus, que estuda psicologia, deu início a uma nova jornada no meio de 2024, o que reforça a ideia apresentada pela pesquisadora de que o ano novo não é sobre a data em si. Após sofrer um acidente, o jovem mudou suas perspectivas e estabeleceu novas metas. "Eu queria me cuidar melhor, ter mais recursos para lidar com o sofrimento, beber menos, dormir mais e ter uma relação mais saudável comigo mesmo e com as outras pessoas". Ele considera que cumpriu quase todas, exceto a do sono, que levará para 2025.

Lívia, que cursa seu primeiro ano de Psicologia, tinha como meta terminar de ler os livros que acumulou na estante, se adaptar ao novo curso e praticar frequentemente atividades físicas, como o Muay Thai. Para 2024, sua meta era passar na USP. "Essa eu consegui, mas a da academia estou arrastando há uns 5 anos". Quando está na praia, Lívia não esquece de pular as sete ondinhas. "Tem certos clichês que a gente nem sabe de onde vem, mas faz mesmo assim", comenta.

Lucas Lyra, Natalia Tavares e João Vitor Vieira, estudantes de Engenharia Elétrica do quarto ano, fizeram promessas parecidas entre si para 2024: estagiar e não reprovar nas disciplinas do curso. A segunda funcionou para todos, e vai ser meta de 2025 também, mas Lucas e João Vitor ainda não estagiam e também manterão a primeira. Duda*, da ECA, já conseguiu o estágio dos sonhos, e agora está em busca da efetivação.

Jhenypher Araújo não usa a cor preta na virada do ano, por medo do que aconteceu quando o fez: "Passei 2019 para 2020 de preto e deu no que deu [pandemia de Covid-19], nunca mais". Esse relato é o oposto de Samuel, estudante de Jornalismo, que passou a virada do fatídico ano pandemico de branco, e diz que nunca mais vai repetir a dose.

Romeu*, da ECA, entre outras metas, gostaria de "conseguir uma namorada" em 2024, mas não a realizou. Para 2025, a expectativa continua. "Como sempre, irei passar de rosa dos pés as cabeças, mas esse ano irei apelar e arranjar uma cueca rosa".

Evaristo*, que cursa psicologia, tem um rito mais específico, que vai além da cor: ele sempre passa de camisa de linho branco, porque o lembra da música Mucuripe, interpretada pelo cantor Fagner, que cita o tecido.

Os ritos das cores de roupa e o pular de sete ondas são os mais famosos no Brasil.

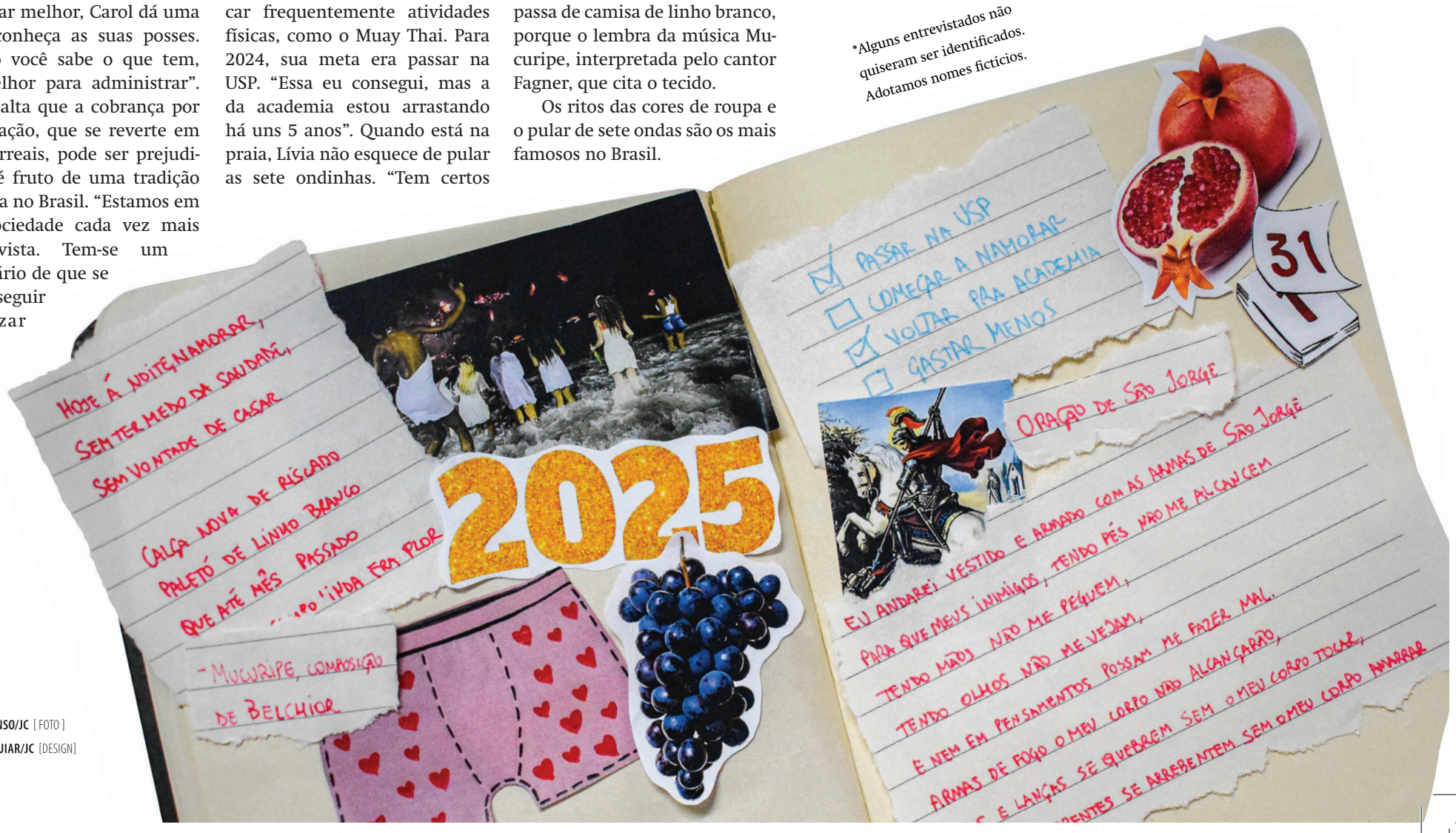
A origem do costume de usar cores com diferentes propósitos é incerta, mas a predominância da cor branca, que diz-se significar paz, vem da religião de matriz africana Candomblé, que utiliza a cor em seus ritos, muitas vezes na praia.

Rafael Gelli, que cursa Geografia, também entra no novo ano com um rito religioso: ele reza para São Jorge, o santo guerreiro na Igreja Católica, que também é associado a uma divindade da Umbanda, nomeado Ogum. A figura, famosa em todo o mundo, aparece em diversas músicas e dá nome a uma das mais famosas novelas da tevê brasileira, Salve Jorge.

As sete ondas também fazem referência aos ritos do Candomblé e de outra religião, a Umbanda. O "sete" é um número de poder e aparece diversas vezes nas crenças, que tem sete orixás, divindades representantes da natureza. No Candomblé, era costume pular ondas para referenciar Iemanjá, associada aos rios e aos mares.

Carol Ferraz, que já foi aluna especial no Instituto de Psicologia, comenta que a associação de religiões e o ano novo é muito comum: "Muito do ano novo tem conexão com o divino, mesmo que não estejamos falando de Deus, estamos falando de fé".

*Alguns entrevistados não quiseram ser identificados. Adotamos nomes fictícios.



RENAN AFFONSO/JC [FOTO]
BÁRBARA AGUIAR/JC [DESIGN]

JULIA ALENCAR [EDITORA]

Quem são os fetichistas na Praça do Relógio?

ALÍCIA MATSUDA [REPORTAGEM]

Segunda-feira chuvosa. Era meu primeiro dia de aula na USP. Em busca de abrigo, escorregava pelo corredor frente ao Bandejão Central até me refugiar na antessala do Diretório Central dos Estudantes (DCE). No chão empoçado, se desembaralhavam meia dúzia de silhuetas. Cordas amarravam coxas a tornozelos, desenhando borboletinhas libertinas com as pernas enlaçadas. Era a primeira sessão de Atados na USP daquele ano.

Aquelas pessoas praticavam *Bondage* – a restrição de movimentos para fins sensoriais, estéticos e eróticos que, somada à Disciplina, ao Sadismo e ao Masoquismo, alicerça a subcultura BDSM. Um dos pioneiros no Brasil, o grupo posiciona a USP ao lado de Harvard entre as 55 universidades ao redor do mundo com clubes fetichistas organizados. Antes de laçar estudantes de todo o campus, a ideia surgiu dentro da Rateria, bateria universitária da Escola Politécnica (EP), pelo fim de 2021. "O grupo, enquanto era Poli, era basicamente eu. E eu sabia que a melhor forma de tornar o grupo existente era a validação no imaginário coletivo da USP", relembra o fundador Joás Barbosa.

Hoje estudante da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), Joás notou que "havia uma necessidade de um grupo de estudos voltado à sexualidade, para dar algum meio de educação sexual para adultos, já que ninguém teve na infância". As bases teóricas do aprendizado, entretanto, perdem espaço para a prática, esta que testemunho quase toda sexta-feira, às 15h, cruzando a Praça do Relógio. Uma das praticantes do grupo me diz: "Interesses divergentes de sexualidade tendem a aparecer na nossa vida, e a forma com que a gente lida com elas costuma ser a maior violência. A gente patologiza a partir do que conhece, e a gente mal tem educação para sexualidade *baunilha*", isto é, o sexo convencional, com o sabor menos apimentado possível.

Os encontros semanais do USP BDSM se derivam das reuniões do Atados no Parque, organizados mensalmente em diferentes cidades do mundo. Do Ibirapuera ao Central Park, membros da comunidade fetichista praticam ao ar livre o *shibari*, técnica japonesa de imobilização com cordas que data do século 17, no Período Edo. Após quase 400 anos, os nós dados pelos samurais foram erotizados, e as amarrações conquistaram o universo *Kink*, no qual prosperam as fantasias sexuais dissidentes. Para garantir a segurança de práticas como o *shibari*, parâmetros são pré-estabelecidos em uma série de lemas. Os fetichistas listam diferentes siglas: Seguro, São e Consensual (SSC), *Kink* Consensual Ciente dos Riscos (RACK), Cuidado, Comunicação, Consenso e Cautela (4Cs), e *Kink* Consensual Informado com Responsabilidade Pessoal (PRICK).

Mas, quando se trata de sexualidade subversiva, obedecer princípios nem sempre apetece. Um dos membros do USP BDSM admite, um tanto contrariado: "Fui percebendo que isso não ia cobrir exatamente tudo que precisava. Práticas como a minha não entram no São, Seguro e Consensual." O biólogo formado é adepto do *ballbusting*: "Chute no saco. Soco. Qualquer coisa relacionada à tortura genital". Assim como entusiastas de chuva dourada e *scat* – urina e fezes no sexo –, ele lamenta o preconceito sofrido dentro da própria comunidade, e conta exercer a prática fora de contextos fetichistas ou sequer sexuais. Dentro de um relacionamento *baunilha*, ele satisfaz essa vontade entre colegas, sempre mais interessado na adrenalina recém-descoberta dos novos envolvidos na agressão do que no teor erótico em si. "A prática BDSM sempre tem algum risco. A pessoa tem que ter a responsabilidade e a consciência para entender, avaliar, aceitar e tentar reduzir esses riscos."

Discreto dentre os 84 membros do USP BDSM, um masoquista não conta que já foi moderador de páginas fetichistas com milhares de participantes, número que multiplicou com o fenômeno *50 Tons de Cinza* (2011). A história do sadomasoquista Christian Grey bombou na mesma época que emergia, às escondidas, o Kinkusp, coletivo focado no ensino e estudo de fetiches entre os universitários. Antes mesmo da pandemia, o seleto grupo desapareceu no mesmo silêncio em que surgiu: "O USP BDSM utilizou da gritaria para garantir sua existência, enquanto o Kinkusp era praticamente secreto", diz Joás Barbosa.

Enquanto porta de entrada para curiosos no BDSM, livros, filmes, *fanfics* e pornôs popularizam relações de dominação e submissão sem nenhum compromisso com a segurança. Uma das atuais administradoras do grupo uspiano evoca o abuso de poder representado no sucesso *365 Dias* (2020), em que a protagonista é sequestrada por um dominador ao longo de um ano. "De tudo que o filme poderia falar, ele resolveu não contar o que, pra gente, é o mais importante: que é necessário consentir de cara limpa, sem pressão", aponta no documentário que ela mesma produziu sobre o USP BDSM.

Atados em campo, eles defendem que o fetiche nem sempre é inerente ao sexo. "Nos primeiros pornôs que eu via, eu achava que não estavam fazendo nada de sexual. Porque eu só me conectava com pornografia fetichista e não entendia que tinha contato algum com a sexualidade", me conta uma participante do grupo, que estuda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU). "Falta conteúdo BDSM que seja propriamente BDSM. Que mostre as pessoas conversando sobre os interesses delas, que mostre a sessão e a coisa mais importante, que é o *aftercare*". Para explicar o processo de encerramento da sessão, ela imagina uma aula de ioga, que acaba na *savasana,* ou postura do cadáver, em que se reestabelece a dinâmica horizontal de poder.

Foi há um ano, no primeiro encontro geral do Coletivo Autista da USP (Causp), que uma estudante conheceu o grupo de BDSM. Joás circulava entre as duas rodas na Praça do Relógio, por vezes instigando membros de uma a se interessarem pela outra. Ela recorda as descobertas dos últimos meses: "Fui conhecendo tudo junto e, quando eu vi, a maior parte das pessoas neurodivergentes que eu conhecia eram *kinky*, e a maior parte dos *kinky* que eu encontrava eram neurodivergentes". Além de ter se entendido como lésbica, neste período ela explorou sua expressão sexual nos jogos de poder: enquanto *brat*, quando a dominação é imposta frente à desobediência às ordens, e enquanto *little*, quando sua submissão é cedida dentro do *age-play* – fantasia em que se encena ser pequeno sob os cuidados de um tutor. Ela explica: "A própria satisfação não necessariamente é física, às vezes é psicológica, às vezes é um prazer estético, um interesse profundo da exploração erótica de formas mais abrangentes".

Apesar da cumplicidade nas trocas de experiências, os integrantes apontam que o USP BDSM não se consolidou como um ambiente dos mais acolhedores. "Eu comecei a ficar com vergonha", relembra uma ex-participante, que se afastou do Atados na USP pela distância com os outros membros, mais próximos entre eles. "Na hora que você está no meio de uma sessão de BDSM, dá pra ver isso pelo jeito que a pessoa amarra e pelas firulas que ela faz". Foram as relações pessoais que fizeram Joás, o fundador, sair do próprio grupo. Dentre os que ficaram, pipocam críticas quanto à estratificação do núcleo administrativo. "Ali, a dominação e a submissão são bem marcadas, e a coisa mais comum do BDSM é ter essa relação hierárquica, mas sou contra ela se expandir para fora da sessão", advoga um dos membros atuais.

DAVI MADORRA [ILUSTRAÇÃO] | LUCAS LIGNON [DESIGN]